



Associação defende juiz acusado de ameaçar promotor

O caso do promotor de Justiça de São João Del Rei (MG) que acusa um juiz de ameaçá-lo com arma de fogo durante uma audiência continua gerando reações. A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) publicou nota em defesa do juiz Carlos Pavanelli Batista contestando a versão do promotor Adalberto de Paula Christo Leite.

A Amagis afirma que a Associação do Ministério Público (AMMP) divulgou uma versão “inverídica e fantasiosa” sobre o ocorrido. Na nota, ela ainda critica a atitude do promotor que, segundo ela, agrediu a honra do juiz, e afirma que tomará “as providências cabíveis” contra o promotor.

De acordo com relatos do promotor Adalberto de Paula Christo Leite, na audiência do dia 30 de outubro, o juiz Carlos Pavanelli Batista atirou um copo de água contra ele, sacou um revólver calibre 38 e apontou na direção do promotor. O juiz teria dito que mostrou a arma apenas para acalmar a sessão.

O promotor mineiro recebeu o apoio das associações nacionais e estaduais de membros do Ministério Público. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação Mineira do MP (AMMP) também divulgaram nota de apoio a Adalberto Leite.

Leia a nota da Amagis

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) contesta e repudia, veementemente, as versões inverídicas e fantasiosas divulgadas pela Associação do Ministério Público (AMMP) e pelo representante do Ministério Público em São João del-Rei sobre o episódio envolvendo o magistrado Carlos Pavanelli Batista. Em vez de recorrer às vias recursais e legais do processo, apelaram para a distorção dos fatos e agressão à honra de um magistrado que, há 15 anos, só tem dignificado a magistratura mineira.

A Amagis irá tomar as providências cabíveis contra o promotor de Justiça, Adalberto de Paula Christo Leite, para que fatos dessa natureza não mais ocorram, preservando as boas relações entre a magistratura e o Ministério Público.

O magistrado já prestou esclarecimentos à sua Corregedoria, juntou documentos e depoimentos que ratificam a sua versão apresentada e repõem a verdade dos fatos.

Em respeito à instituição do Ministério Público, cuja importância reconhecemos para a sociedade, não exporemos perante a opinião pública como o fez o promotor, a versão do magistrado sobre os fatos, o que está sendo feito pelas vias próprias, inclusive perante à Corregedoria, a qual ele pertence e perante à Justiça.

Associação dos Magistrados Mineiros

Date Created

07/11/2008